

1 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
2 ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
3

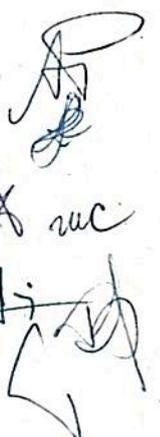
4 Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, no
5 auditório da ADASA, Setor Ferroviário – Parque Ferroviário de Brasília, Estação Rodoferroviária,
6 Brasília/DF, ocorreu a 2ª reunião conjunta de 2016 do Conselho de Meio Ambiente do
7 Distrito Federal – CONAM/DF e do Conselho de Recursos Hídricos – CRH/DF, ambas
8 presididas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/DF, sob a seguinte
9 pauta: **Item 1a:** Assinatura da ATA da 132ª R.O; **1b:** Escassez hídrica no DF. Fizeram-
10 se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente
11 do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (SEMA), que presidiu a reunião e
12 os seguintes Conselheiros (as): IVENS LÚCIO DO AMARAL DRUMOND
13 (SEMA); DIEGO BERGAMASCHI (SINESP); ANA CLÁUDIA CAMPOS DA
14 SILVA (SES); ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); JANE MARIA
15 VILAS BÔAS (IBRAM); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM),
16 VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
17 (CAESB); MARIA DO CARMO MAGALHÃES CÉZAR (CAESB); RAFAEL
18 MACHADO MELLO (ADASA); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA);
19 EDUARDO CYRINO DE OLIVEIRA FILHO (EMBRAPA); LUIZ ERNESTO
20 BORGES DE MOURÃO SÁ (FORUM de ONGs); MÔNICA VERÍSSIMO DOS
21 SANTOS (FÓRUM de ONGs); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI
22 (FORUM ONGs); SÉRGIO KOIDE (UnB); DOUGLAS JOSÉ DA SILVA (UCB);
23 GENÉSIO ANTÔNIO MULLER (SRDF); ANA PAULA DIAS MACHADO
24 (FIBRA); TEREZINHA LIMA (ÚNICA); CONCEIÇÃO DE MARIA A. ALVES
25 (ABRH); LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (ABES/DF) e GENÉSIO
26 ANTÔNIO MULLER (CBH/Preto). Participaram como convidados: Guilherme E.
27 Gonçalves de Almeida (Novo Encanto); Maurício Andres Ribeiro (ANA); Geovani
28 Muller (SRDF); Luis Fábio G. Mesquita (IBRAM); Ulisses Assis Pereira (CAESB);
29 Sebastião Márcio L. de Andrade (SEAGRI); José Roberto Furquim (CRDRS); Waldir
30 Soares Cordeiro (Adm. Regional do São Sebastião); Rodrigo Pimentel da Silva
31 (MPDFT); Marta Eliana de Oliveira (MPDFT); Weverton de Melo (SINDUSCON),
32 Leonel Graça Generoso Pereira (SEMA); Sumar Magalhães Ganem (EMATER/DF);
33 Erivânia Aragão Teles (Dival), Maria C. Udry (Instituto Oca do Sol); Dálio Ribeiro
34 Mendonça Filho (UNICOL/SEMA); Jorge Arthur F. C. Oliveira (SEMA); Rosany
35 Cristina Carmo (Pró Descoberto). O presidente do Conselho deu por aberta a reunião
36 conjunta CONAM/CRH-DF, agradeceu a presença dos promotores do Ministério
37 Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Dr. Paulo Leite e Drª Marta Eliana.
38 Ressaltou que o assunto objeto de pauta já foi debatido no CONAM e CRH: a
39 **Resolução nº 13**, que estabelece os volumes de referência e ações de contenção em
40 situações críticas de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria;
41 o enfrentamento da grilagem de terras no DF. Uma comissão foi criada com o objetivo
42 de definir as ações prioritárias para enfrentamento da grilagem de terras no DF; foi
43 criado o Programa Piloto Recupera Cerrado, com investimento na recuperação de áreas
44 críticas, consideradas prioritárias para recuperação do Cerrado, sobretudo, as duas
45 bacias do Descoberto e de São Bartolomeu. O Zoneamento Ecológico Econômico –
46 ZEE que foi apresentado nesses dois conselhos em fase anterior e vamos ter outra
47 reunião para apresentar um produto quase finalizado de minuta de projeto de lei. Dentre
48 os objetivos dessa reunião está o de compartilhar informações e captar opiniões dos
49 diferentes órgãos e entidades que compõem o sistema de meio ambiente e de recursos
50 hídricos, e também, como cada instituição pode contribuir para enfrentamento desse
51 momento de crise hídrica. E por último, qual o papel do CRH, inclusive do ponto de
52 vista de competências normativas, nesse novo momento que está se desenhando.

Folha No 212
Processo No 393000063120
Rubrica Om 145682

53 Lembrou que o CRH não pode se contentar com um sistema formal, ele precisa ser
54 efetivo. Após a explanação o presidente deu por aberta a 58ª Reunião Extraordinário do
55 CONAM e 21ª Reunião Extraordinária do CRH. Agradeceu a presença de todos e
56 apresentou a Srª Marussia Whately, Coordenadora da Aliança pela Água, um programa
57 do Estado de São Paulo, que catalisa organizações da sociedade e que vem participando,
58 debatendo e enfrentando a situação da crise hídrica no Estado. Nessa oportunidade ela
59 nos trará um pouco da experiência desse programa. Deu início com o **item 1a da pauta:**
60 a ATA da 132ª R.O foi aprovada por unanimidade e assinada. Prosseguiu o **item 1b:**
61 escassez hídrica no DF: O presidente pediu ao Diretor Presidente da ADASA,
62 conselheiro Paulo Salles que falasse acerca da situação da crise hídrica, naquilo que
63 compete à ADASA, quais as providências que estão sendo adotadas e as perspectivas e
64 propostas para enfrentamento dessa situação. O Sr. **Paulo Salles** esclareceu que, em
65 2014, com base na escassez hídrica de São Paulo, a ADASA iniciou uma discussão
66 interna sobre disponibilidade hídrica no DF. Em virtude disto foram feitas uma série de
67 simulações, que avançaram em 2015 e começam a se consolidar agora em 2016. A
68 seguir passou para o **Rafael Mello (ADASA)** proceder com a apresentação das ações da
69 ADASA para o enfrentamento dessa crise. Ele iniciou apresentando a Resolução nº
70 13/2016 da ADASA, que estabelece os volumes de referência e ações de contenção em
71 situações críticas de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria,
72 visando assegurar os usos prioritários dos recursos hídricos. Ressaltou que esta
73 resolução chamou à atenção para alguns níveis a partir desses, uma série de ações que
74 devem ser desencadeadas. Estamos entre os níveis trinta e quarenta por cento e a
75 resolução prevê, entre outras, algumas ações: primeira - que seja declarada situação
76 crítica de escassez hídrica; segunda - ampliar ações de comunicação com a sociedade e
77 terceira - promover a alocação de água entre usuários das unidades hidrográficas
78 contribuintes, com possibilidade de restrição de uso e redução da vazão outorgada. O
79 estado de alerta ele foi estabelecido. Diante disso foi declarada a situação crítica de
80 escassez hídrica nos reservatório do Descoberto e de Santa Maria por intermédio da
81 Resolução nº 15/2016 da ADASA que destacou: o artigo 2º - Suspender, nas áreas de
82 contribuição das bacias dos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria, a emissão de
83 outorgas prévias e de direito de uso dos recursos hídricos superficiais para os usos não
84 prioritários e citou também as áreas de contribuições daquela bacia; o artigo 3º - trás
85 recomendações à população do DF quanto às medidas referentes a se abster a usar água
86 nas atividades: de lavagem de veículos, de garagens, calçadas, fachadas prediais,
87 irrigação paisagística e manutenção de piscinas. Autoriza a CAESB a reduzir uma
88 pressão dinâmica nas redes em horário preestabelecido. Determina também que a
89 Superintendência de Recursos Hídricos/SRH/ADASA reduza o período de captação
90 para irrigação quando for o caso, e o volume com as outorgas pode ser alterado. Citou o
91 Decreto nº 37.644 de 20 de setembro de 2016, publicado pelo governador, que institui a
92 política de redução do consumo de água, principalmente nas entidades da administração
93 direta e indireta do DF, de no mínimo em dez por cento, também foi determinado a
94 proibição a esses órgãos: lavagem de ruas, calçadas e fachadas dos prédios; pátios e
95 garagens; irrigação paisagística; lavagem de veículos etc. Recentemente a ADASA
96 publicou a Resolução nº 16/2016, que declara estado de restrição de uso dos recursos
97 hídricos e regime de restrição de abastecimento de água potável em algumas regiões
98 administrativas, a exemplo da redução de 50% na outorga do canal Santos
99 Dumont/Planaltina. Prosseguiu apresentando os dados do cenário no DF: volume útil
100 mensal do reservatório do Descoberto (setembro 2016 – menos de 40%); as vazões dos
101 tributários: Chapadinha, Alto Descoberto, Capão Comprido, Olaria, Ribeirão das Pedras
102 e Rodeador onde se percebe caimento dos incrementos nesses reservatórios. Vazões dos
103 afluentes do Descoberto (2014-2016) e volume (2015-2016). Apresentou o volume útil
104 mensal do reservatório de Santa Maria (setembro 2016 – 50,35 %); as vazões dos

105 afluentes (2015-2016); volume útil no dia 21 de setembro (48,91). A seguir apresentou
106 as ações da ADASA para o enfrentamento da crise hídrica: alocação de água e
107 intensificação das fiscalizações; expedição de Resolução determinando a redução de
108 outorga no canal Santos Dumont e alocação de água, medidas para os postos de
109 lavagem de carros à jato e caminhões pipa. Falou das estratégias de enfrentamento da
110 escassez hídrica do DF (médio e longo prazo) e por último, da revitalização de canais. O
111 presidente da ADASA retomou a palavra e acrescentou que essa situação se deve a três
112 fatores: a forma de ocupação do território, a questão climática, o comportamento da
113 sociedade com o uso dos recursos hídricos. Novos sistemas de abastecimento estão
114 chegando, em 2017. E concluiu expressando que transparência, confiança e informação
115 são os elementos necessários para o envolvimento da sociedade. A seguir a Conselheira
116 **Raquel Brostel/CAESB** apresentou as características dos sistemas produtores de água
117 na sua capacidade de produção, captações superficiais e subterrâneas, ETAs, UTs,
118 cloração de poços, índice de atendimento. A seguir apresentou a disponibilidade hídrica
119 dos sistemas produtores de água no período de julho a setembro. E concluiu a
120 apresentação com os novos sistemas produtores: Sistema Bananal, Sistema Corumbá
121 IV, Sistema Paranoá e Sistema Taquara. Em continuidade a questão temática o
122 presidente solicitou ao **Secretário da SEGETH, Thiago Andrade**, para expor as
123 medidas que estão sendo encaminhadas no processo de urbanização. O secretário citou
124 o Sol Nascente e o Vicente Pires: o processo de regularização dessas áreas implica uma
125 série de medidas mitigadoras e compensações. O comitê de governança do
126 território/combate à grilagem deve ser efetivo. Este comitê cunhou a visão de que
127 prevenção no momento, no atual estado de ocupação do território, a prevenção está
128 atrelada à ação policial e fiscalizatória. A gestão envolve questões de drenagem, de
129 disponibilidade de água, de saúde pública., Estamos fazendo as mesmas ações de
130 regularização fundiária e urbanização, com a participação da população, no buritizinho
131 e Porto Rico. No Por do Sol começará muito em breve. Outra frente de trabalho está
132 empenhada em resolver o problema da invasão de Santa Luzia, na área de
133 tamponamento do Parque Nacional. Estamos trabalhando intensamente na lei de
134 impermeabilidade para o interior dos lotes de áreas urbanas. Basicamente são três
135 conceitos: retenção, infiltração e a contenção das águas em regime superficiais. Estamos
136 concretizando a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS e o ZEE. O ZEE é o norte para
137 a revisão do PDOT. O Código de Obras e Edificações, de efeito autorizativo, para que
138 leis específicas façam as normatizações e as políticas de reuso e reaproveitamento.
139 Concluídos a LUOS e o Código de Obras, poderemos trabalhar com estratégias de
140 desimpermeabilização das áreas urbanas, reuso de águas urbanas pluviais e a drenagem
141 espalhada incorporada ao paisagismo da cidade. Finalizou. O presidente convidou a
142 **Sra. Marussia Whately**, para proferir sua apresentação. Ela iniciou sua explanação
143 falando das experiências aprendidas com o enfrentamento da crise hídrica vivenciada
144 em São Paulo, que oportunizou muitos aprendizados e ofereceu um conjunto de
145 medidas que estão em andamento. Salientou que a água não é mercadoria, mas um bem
146 essencial a vida, cujo acesso é um direito humano. Lembrou que todos os níveis de
147 governo têm responsabilidades sobre a água e devem estar a serviço da população e
148 falou sobre a necessidade de manutenção dos ecossistemas responsáveis pela renovação
149 da água doce. Apresentou a afluência e retirada de água no Sistema Cantareira
150 2013/2014, bem como, um mapa da falta de água no Estado de São Paulo. A estiagem
151 2014/2015 foi o ápice, mas a crise é estrutural resultando da combinação de alguns
152 fatores: gestão centralizada, foco em obras e ampliação de consumo, alto grau de
153 degradação das fontes de água em área urbana e rural, déficit de chuvas no Cantareira e
154 evento climático extremo. Falta transparência de participação e controle social.
155 Apresentou o plano emergencial de enfrentamento da crise de abastecimento e as
156 medidas adotadas pelo governo do Estado. Concluída a apresentação o presidente

Folha Nº 293
Processo Nº 393000062/2015
Rubrica Luc 267 971-



157 disponibilizou espaço para debate da plenária. O Promotor Público Paulo José Leite
158 Farias/MPDFT: com relação à projeção de redução do reservatório do Descoberto
159 indagou se tem a mesma previsão para o Torto e Santa Maria. É relevante buscar a
160 diminuição da utilização de água o mais rápido possível, com utilização de instrumentos
161 econômicos, aumento de tarifa. Outro aspecto da experiência paulista muito interessante
162 é essa colocação transparência, preocupação com os cenários, possíveis comunicações
163 entre os sistemas é outro elementos que sem dúvida é fundamental. É possível tirar água
164 do Descoberto para o Santa Maria e vice e versa? Outro aspecto quanto à
165 disponibilidade hídrica, é com relação à porcentagem dos reservatórios: questionou a
166 ausência de informação quanto ao m³ de água/ano/habitante. **Conselheiro Luiz Ernesto**
167 **Borges de Mourão Sá:** é preciso mudar o modelo mental e implantar um sistema que
168 funcione e assumir que teve falhas de planejamento, dar informação do que está
169 acontecendo e planejar (nossos processos de planejamento são falhos, como exemplo
170 licenciamento e outorga); adverte quanto “trabalhar na ponta do consumo e não vamos
171 trabalhar na ponta do problema” e “anos e anos ouvindo a mesma coisa e aceitando”.
172 **Waldir Soares Cordeiro – Administração Regional de S. Sebastião:** a região de São
173 Sebastião é rica em nascentes, que estão se perdendo por conta de ocupação irregular. A
174 preservação das nascentes, do lençol freático e da bacia deixa muito a desejar e pediu
175 uma atenção especial para essas áreas de preservação, até porque, a água é captada por
176 poço de alta profundidade. A **Conselheira Mônica Veríssimo** questionou: se o
177 conselho é paritário significa ser paritário também no tempo, é importante que o tempo
178 que o governo tem para falar também seja controlado. Ressaltou que o FÓRUM das
179 ONGs já trouxe para este conselho a questão do aeroporto, mostrando todos os
180 problemas existentes, inclusive quanto ao licenciamento ambiental e o monitoramento
181 que era para ter sido feito com a segunda pista. Do mesmo modo fará também com
182 relação ao Parque linear. Destacou que mudança climática só se começa a trabalhar com
183 mais de trinta anos menos que isso não se consegue fazer modelagens e que os dados
184 que temos hoje são dados feitos pela NASA, que o IMPE usou porque o INEMET ele
185 não dá dados para modelagem internacional. Pediu compromisso em longo prazo,
186 obrigar a instalação de hidrômetro, ter transparência em tudo, ressalta que é necessário
187 falar em adaptação/mitigação, propõe que as escolas possam levar as crianças para
188 visitarem a represa do Descoberto, sugere adoção de ampulheta (deu exemplo da
189 Austrália) para estimular a redução do tempo de banho. O **Conselheiro Sérgio**
190 **Koide/UnB:** - ressalta que não sabemos das vazões naturais do DF, “o que vamos fazer
191 se não sabemos o que temos disponível”. Hidrometar os poços na área rural, pois há
192 uma quantidade de poços sem medição de vazão. Sr. **Leonel Graça Generoso**
193 **Pereira/SEMA:** propôs que o modelo deva ser estudado quanto às áreas de recarga,
194 mencionou que proteger nascentes e não proteger recarga não pode continuar. É
195 necessário abrir linhas de investigação quanto às áreas de recarga, melhorar as formas
196 de fiscalização do Governo sobre outorga, melhorar as áreas protegidas e também as
197 áreas ocupadas. O Sr. **José Roberto Furquim/CRDRS-LAGO NORTE:** propôs a
198 regularização com urgência das áreas urbanas de uso controlado: necessidade de
199 fiscalizar (aos finais de semana) a perfuração de poços clandestinos, citou como
200 exemplo a área da Serrinha do Paranoá. Existência de conflito de água entre as áreas
201 urbanas de uso controlado e as áreas rurais. A Sra. **Rosane/ANA:** observou se dentro
202 dessas propostas de consumo foi analisada a questão do perfil de consumo tendo em
203 vista que no DF é bem desigual, bem característico, considerando a questão social,
204 regiões mais avançadas estão mais vulneráveis também. delimitar as áreas protegidas;
205 pensar em reduzir consumo a médio e longo prazo: proteção e recuperação. A Sra.
206 **Rosany Cristina J. C. Carmo - Produtora Rural e Presidente da Associação Pró**
207 **Descoberto:** pediu ação de conscientização continuada nas escolas; sugere uma efetiva
208 fiscalização não apenas punitiva, mas com a retirada das bombas; a continuidade das

209 campanhas. Sra. **Promotora do MPDFT, Drª Marta Eliana de Oliveira**: sugeriu
210 tarifas diferenciadas para os excedentes de consumo, mas por outro lado, extremamente
211 relevante que se premie aqueles que economizam. Argumentou: “o governo que está
212 fazendo um esforço para administrar essa crise ao mesmo tempo faz propagando de
213 empreendimentos imobiliários, por exemplo, o Taquari, não licenciados, cuja bacia não
214 tem condições de receber mais esgotos, algo bem desconectado”. Informou que recebeu
215 denúncia de que a empresa contratada para fazer a obra de captação no Corumbá está
216 abandonando a obra e levando os equipamentos. A seguir o presidente **André Lima**
217 propôs a realização de duas reuniões *ad hoc* 27/09 (10h00) e 29/09 (09h00) para
218 processar todas essas recomendações e estabelecer um conjunto de proposições, de curto
219 e médio prazo, que devem ser adotadas pelo governo junto com a sociedade e
220 apresentada na reunião do dia 04/10. Solicitou ao Senhor Paulo Salles (ADASA) o
221 acesso a esses cenários que foram desenhados e que serão aprovados pela ADASA, se
222 possível, em tempo de ser apreciado nas reuniões dos dias 27 ou 29. Prosseguindo
223 passou a palavra a **Conselheira Raquel Brostel (CAESB) e Paulo Salles (ADASA)**
224 para as considerações finais. A conselheira **Conselheira Raquel Brostel**, em resposta
225 ao questionamento do Promotor do MPDFT, Dr. **Paulo José Leite Farias**, quanto ao
226 cenário de Santa Maria e do Torto esclareceu que foram feitos cenários tanto para o
227 Descoberto como para o Santa Maria e do Torto, todos os cenários com chuva, chuva
228 média, baixa chuva - ano 2017, e todos esses cenários foram discutidos com técnicos da
229 ADASA, mas o entendimento foi que seria melhor trabalhar com o cenário da ADASA.
230 Foram feitas tanto para um quanto para o outro reservatório. O de Santa Maria não é tão
231 crítico porque tem um volume maior e não será afetado esse ano. Quanto à integração
232 do Sistema Santa Maria Descoberto, Torto e Santa Maria, esclareceu que antigamente
233 os sistemas eram integrados, tanto ia do sistema Descoberto para Santa Maria como do
234 sistema Santa Maria/Torto para o Descoberto, mas hoje só vai para o Descoberto, da
235 ordem de 500 l/s atualmente tem ido uns 250 l/s. Quanto à questão de planejamento,
236 esclareceu tem cinco anos que tem a licença de instalação do bananal mas a obra ainda
237 não saiu, ou seja, planejamento temos, mas existem algumas questões que dificultam a
238 implementação do planejamento. O próprio sistema Corumbá já era para estar pronto,
239 mas está em obra. Planejamento de médio prazo o que temos feito na área de meio
240 ambiente e recursos hídricos foi atuar no ZEE, LUOS, PDOT e isso vai fazer diferencial
241 no médio e longo prazo. O **presidente André Lima** perguntou se esses cenários
242 constam em alguma nota técnica da CAESB. A **conselheira Raquel Brostel (CAESB)**,
243 **que** respondeu que sim: foi feito um plano de ação de estiagem e encaminhado para
244 ADASA. Na ocasião o presidente pediu se possível, que esses cenários fossem
245 encaminhados formalmente para SEMA. A seguir o Sr. **Paulo Salles/Adasab** prestou os
246 seguintes esclarecimentos: muitas das ações faladas pela Marussia (Aliança pela água),
247 citadas a exemplo de São Paulo, já estamos fazendo. Ressaltou que o DF é muito menor
248 que São Paulo e boa parte do que foi falado já estão contempladas no DF. Agradeceu o
249 material (revistas) disponibilizado certamente muito útil, bem com sua apresentação e
250 gostaria que a Aliança pela Água deixasse uma marca aqui no DF. A seguir comentou
251 alguns pontos levantados pelo Promotor Paulo, a saber: disponibilidade hídrica, a
252 porcentagem dos reservatórios, contabilização mais detalhado do consumo. Quanto à
253 questão do perfil dos usuários mencionada pela Rosana/ANA, estamos melhorando
254 muito nossa infraestrutura e é importante que se veja isso ao longo dos tempos,
255 exemplificou com as outorgas que foi feita em força tarefa e zerou com uma pilha de
256 outorgas que estavam paradas. O momento que estamos vivenciando é uma
257 oportunidade para melhorarmos nossos dados, informações e a política pública. A
258 população mais vulnerável está sendo assistida. Quanto à educação, não temos dúvida
259 que é importante fazermos agora e sempre. Sustentabilidade é um compromisso para
260 com outra geração, saberemos se deu certo o que fizemos na geração seguinte. Com

Folha Nº 244
Processo Nº 3530000622015
Rubrica *Paulo Salles*

261 relação ao aplicativo utilizado em São Paulo nós temos um equivalente, muito bom e
262 efetivo para o que precisamos. Trata-se de aplicativo da AGEFIS para denunciar
263 ocupação irregular de terra. Mourão você fala por muita gente, como ele lembrou aqui,
264 quem está no governo também fala por muita gente porque foi eleito. Nós estamos aqui
265 numa situação, que você sintetizou nessa ideia de mudar a mentalidade do governo.
266 Estamos buscando exatamente isso, e muitas das falas que foram feitas vão nessa
267 direção. Precisamos construir, demonstrar e principalmente dar exemplo e isso eu sei
268 que o FÓRUM de ONGs tem buscado fazer, como muitas dessas instituições aqui
269 presentes também. Agradeceu pela oportunidade e pela presença de todos. Não havendo
270 mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A Ata será lida e aprovada por
271 todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do
272 Distrito Federal.
273
274

ANDRÉ LIMA
SEMA

IVENS LÚCIO DO A. DRUMOND
SEMA



DIEGO BERGAMASCHI
SINESP

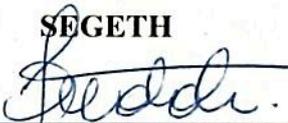
ANA CLÁUDIA CAMPOS DA SILVA
SES

JANE MARIA VILAS BÔAS
IBRAM

ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE
SEGETH

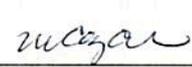


LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
1º Suplente IBRAM

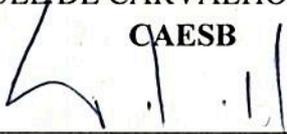


VANDETE INÊS MALDANER
2º Suplente IBRAM

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB



MARIA DO CARMO M. CÉZAR
CAESB



RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA

ALBA EVANGELISTA RAMOS
1º Suplente ADASA

LUIZ ENRNESTO B. DE MOURÃO SÁ
FÓRUM de ONGs (1º VAGA)

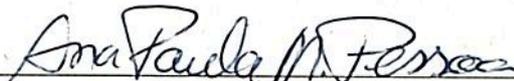
MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS
FÓRUM de ONGs (2º VAGA)


REGINA STELLA Q. FITTIPALDI
FÓRUM de ONGs (3º VAGA)

GENÉSIO ANTÔNIO MULLER
CBH/Preto

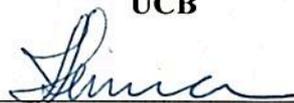
EDUARDO CYRINO DE OLIVEIRA FILHO
1º Suplente EMBRAPA

SÉRGIO KOIDE
UnB


ANA PAULA DIAS M. DE C. PESSOA
FIBRA

DOUGLAS JOSÉ DA SILVA
UCB

GENÉSIO ANTÔNIO MULLER
SRDF


TEREZINHA LIMA
ÚNICA

CONCEIÇÃO DE MARIA A. ALVES
ABRH

LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU
ABES/DF

275

Folha Nº 295
Processo Nº 393000062/2015
Rubrica 02679711